

-----Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão levada a efeito aos vinte e três dias do mês de Abril de dois mil e nove

-----Aos vinte e três dias do mês de Abril de dois mil e nove, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1-Ponto prévio antes da ordem do dia;-----
- 2-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2008, da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão;-----
- 3-Apreciação do Inventário do Património Municipal de 2008;---
- 4-Apreciação, discussão e eventual aprovação da proposta de venda dos lotes do Loteamento da Fonte da Escola, em V. V. Ródão;--
- 5-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais de 2009;-----
- 6-Representantes da Comissão Municipal de Protecção Civil de Vila Velha de Ródão - Informação;-----
- 7- Apreciação, Discussão e eventual aprovação da concessão de isenção de IMI e IMT, à empresa AMS- Papermill and Converting, S.A.;-----
- 8-Informação da Srª Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município nos termos da alínea e) do n.º1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----
- 9-Outros assuntos de interesse para o Município;-----
- 10-Período de intervenção nos termos do artº 19º do Regimento;
- O Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu à conferência dos membros, verificando-se a não comparência dos membros Asdrúbal Daniel Gaspar Dias Valente,

Fernando dos Santos Roma, José António Paulino e Álvaro Mateus Mendes. Seguidamente, deu conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal, ficando à disposição dos membros, querendo, para eventual consulta. O Sr. Presidente chamou ainda atenção para o cumprimento dos tempos de intervenção previstos no regulamento e se evitasse o diálogo directo entre os membros.-----

----Procedeu-se à leitura da acta da sessão ordinária de 19 de Fevereiro de 2009, sendo aprovada por unanimidade.-----

-----1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:-----

----O membro António Carmona manifestou o seu desacordo pela hora da realização da presente sessão, uma vez que, batalhara durante anos para que se realizassem à noite pela facilidade de maior participação dos munícipes, deixando por isso um pedido à mesa para que se continue a marcar as sessões para a noite.-----

----O sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal passou a palavra à sr^a Presidente da Câmara explicando que a sessão tinha sido marcada a seu pedido para essa hora e dia porque e, como é hábito, a última Sexta-Feira do mês de Abril calhar na véspera das comemorações do 25 de Abril e haveria um espectáculo de música na Casa de Artes e Cultura do Tejo evocativo da efeméride, possibilitando assim a comparência dos membros da Assembleia no espectáculo e ainda porque estava prevista a assinatura de um protocolo com a empresa AMS no dia de hoje que daria a possibilidade dos membros da Assembleia puderem assistir e visitar as instalações da futura fábrica, facto que não foi possível concretizar visto que devido a várias situações que não foram possíveis contornar, esse protocolo tinha sido assinado no dia anterior.-----

----O membro António Carmona Mendes, em representação da bancada

Socialista, leu uma Moção sobre a Revolução do 25 de Abril, ficando esta arquivada junto aos documentos presentes desta sessão, tendo sido aprovadas por unanimidade, a entrada e a Moção.-----

----2-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2008, da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão;-----

----O membro Paulo Roberto, elogiou o tipo de relatório apresentado, verificando-se que existiam bons profissionais a trabalhar na autarquia, tecendo alguns considerandos, nomeadamente, o facto de nos últimos anos o valor da receita relativa aos fundos comunitários ter vindo a diminuir, sabendo no entanto que existia um determinado valor a receber, mas se juntar esse valor ao que foi recebido nos últimos dois anos, este fica muito aquém do recebido há três anos atrás, por outro lado, gostava de ser esclarecido sobre o aumento do valor das dividas a receber que sofrera um aumento extraordinário, não sabendo se existiria dificuldade em cobrar essas dividas e talvez por esse facto as dividas da Câmara a terceiros também ter aumentado significativamente, solicitando ainda um esclarecimento sobre o facto de que comparando o Mapa de Inventário do imobilizado ser diferente do que vinha descrito no balanço do Relatório de Gestão.-----

----A sr^a Presidente da Câmara disse que comparando as verbas recebidas do ano transacto tinham realmente sido inferiores às recebidas há três anos atrás porque, as candidaturas tinham sido feitas nessa altura porque era esse o ano limite para apresentação das candidaturas ao último quadro comunitário e daí que os fundos provenientes dessas candidaturas iria ser recebidos ao longo dos últimos anos e que, quando se referira às dividas que havia para com a Câmara, isso era significativo, informando que nesse momento

essa divida ascendia a cerca de um milhão e trezentos mil euros e que, apesar de para já não ser preocupante para a autarquia uma vez que tinha os pagamentos em dia, se tornava complicada a gestão das contas da Câmara, frisando que se aquela dívida não existisse ter-se-ia tido uma execução de mais de 100% e esse facto não tinha só a ver com a parte política mas também com o empenho e sensibilidade dos técnicos e funcionários da autarquia, visto que algumas das obras tinham sido efectuadas por administração directa.-----

----A Dr^a Fernanda Neves explicou que os valores que estavam no Relatório de Gestão referiam-se ao valor do Balanço e os valores que o membro Paulo Roberto se referia no Mapa do Inventário, portanto, enquanto num documento estão inscritos os bens e direitos, no caso do Balanço são contemplados também os acréscimos e diferimentos.-----

----O membro António Carmona, em relação ao Relatório de Gestão referiu que, numa Câmara pequena em que as despesas correntes diminuíram, a sua capacidade de endividamento ronda os 40% , as despesas com o pessoal diminuíram cerca de 3% de 2007 para 2008, em que a taxa de execução do orçado é de 61% e quando ainda tem verbas para receber, pensa que os membros do Partido Socialista e os membros da Assembleia podem tranquilamente dar todo o seu apoio e agradecerem ao executivo camarário pelo excelente trabalho que têm feito em prol do concelho de Vila Velha de Ródão.-----

----O membro João Ferro referiu que a despesa corrente aumentara 52% nos dois mandatos do executivo e que 48% tinha sido com o pessoal, ou seja, que fazendo um balanço mais abrangente no tempo houvera um incremento de 48% com as despesa com o pessoal.-----

----O membro Paulo Roberto disse que, se, o que tinha sido dito pelo membro António Carmona fora verdade, então teria havido um

decréscimo no salário dos funcionários de 2007 para 2008, porque se o número de colaboradores é o mesmo e se havia menos custos com o pessoal indicaria que se lhes tinha diminuído o salário, o que não acontecera porque que, podia-se jogar com os números e falando em valores percentuais os 3% teriam a ver com um valor aproximado ao da inflação. Comentou que a sr^a Presidente sempre teria dito que grande parte do esforço com o investimento era para a sede do concelho, no entanto, não se poderia esquecer que o concelho não era só Vila Velha de Ródão e que analisando os documentos verificava que cerca de 85% a 90% do investimento fora na vila, não dizendo que estava mal mas, lembrava também que existiam outros municípios nas restantes freguesias que também o são do Concelho de Vila Velha de Ródão.-----

----O membro Ricardo Luís frisou que continuava a verificar-se que as despesas com o pessoal era o maior encargo das despesas correntes do município e que, nesse momento rondaria os 28,5%, questionando se a sr^a Presidente saberia qual seria a média nacional das autarquias.-----

----A sr^a Presidente respondeu que não o sabia nem estava preocupada com as outras autarquias, e que o que lhe interessava era o que a lei estipulava e quanto a isso disse que, o aumento com o pessoal verificado entre 2001 e 2008 resultara da contratação de mais seis técnicos superiores e mais dois técnicos, devido à transferência de competências para as autarquias, nomeadamente, na área da protecção civil e outras e, nalguns casos, a integração de alguns dos técnicos tinham sido alvo de candidaturas efectuadas pela autarquia, mas que a partir de 2005 os acréscimos das despesas com o pessoal foram bastante restritos, na ordem dos 6% e 3%, deste modo o limite às despesas com o pessoal diminuiram, atingido no ano

de 2008, 58% com o pessoal do quadro e 28% de pessoal em qualquer outra situação, enquanto que em 2001 os valores obtidos foram de 75% e 38% respectivamente, demonstrando que nos últimos anos não tinha havido um grande aumento de pessoal, mas apenas face à integração dos necessários e às exigências das transferências de competências para as autarquias. Sobre as obras realizadas na sede do concelho, sempre dissera que teriam que ser realizadas e assumia as declarações nesse sentido, dizendo que as escolas do ensino básico, a biblioteca municipal, a casa de artes e o investimento à beira do Tejo, apesar de servirem toda a população, teriam que forçosamente ser feitos na sede de concelho. Também referiu que foram feitas as obras essenciais em cada freguesia e lembrou que o executivo executou e pagou a maioria dos melhoramentos de infra-estruturas rodoviárias e de melhoria no abastecimento de água em todo o concelho daí reflectindo-se no aumento das despesas correntes.-----

----Em relação às Águas do Centro o contrato fora assinado pela anterior Câmara e tinha de ser cumprido, ocorrendo um aumento de 88% com despesas da água.-----

----Verificou-se um aumento das despesas com a conservação de estradas de 104%, em relação às matérias primas e subsidiárias o aumento foi de 518%, porque os materiais que eram comprados iam directamente para as obras que eram feitas, portanto iam para despesas de capital e agora, de acordo com as novas regras do POCAL, passaram para despesas correntes, donde que, o grande aumento das despesas correntes não tinha tanto a ver com as despesas de pessoal mas sim com as obras realizadas, algumas delas por administração directa, nunca esquecendo também as obras que foram necessário realizar nas outras freguesias, nomeadamente,

levar a água às povoações que a não tinham, melhorar o abastecimento e a qualidade a outras, trabalho esse que se encontra ainda em execução por administração directa na freguesia de Fratel.-----

----O membro António Carmona, referindo-se à preocupação da bancada do PSD com as despesas com o pessoal, afirmou que, nos tempos que corriam e com a dificuldade que existia em relação ao emprego até achava que seria uma preocupação pequena, achando que havia pormenores mais importantes a analisar, como por exemplo a renovação do parque de viaturas da autarquia e o transporte gratuito dos munícipes de todo o concelho para a vila, considerando que a autarquia tinha um papel social e manifestou o seu desagrado em relação à importância que estava a ser dada às despesas com o pessoal, afirmando que o pessoal fazia falta e só não o fazia se, a exemplo, do anterior executivo, fosse adjudicada a maior parte das obras a empreiteiros, coisa que o presente executivo o não faz porque executava grande parte das obras por administração directa.-

----O membro João Ferro, concordava que a sede de concelho teria de ter mais investimento mas era certo que existia algum consenso entre alguns membros da bancada socialista e a maioria dos membros sociais democratas quanto à falta de investimento nas restantes freguesias, afirmou que o prometido pelo actual executivo ía no sentido de proporcionar a fixação de pessoas no concelho e na parte da cultura mas não se poderia descurar as restantes freguesias, pelo que a realidade era que as políticas estavam a falhar devendo-se mudar o discurso político.-----

----O Presidente da Junta de Freguesia de Fratel, congratulou-se pelo facto de apesar da hora da sessão, tanto o executivo como alguns funcionários da autarquia estarem presentes na mesma bem

como pela elaboração destes documentos. Referindo-se ao abastecimento de água disse que era um assunto demasiado delicado para se poder brincar com ele e que o que era preciso era que chegasse com qualidade e quantidade a todos os munícipes do concelho, informando que na freguesia de Fratel já estava a chegar a uma das últimas povoações e segundo informação da sr^a Presidente pensava que a única povoação que ainda não tinha abastecimento de água era o Salgueiral, sendo de louvar o empenho e esforço do município para que tal acontecesse, congratulando-se com o executivo pelas obras efectuadas na sede do concelho e especialmente pela indústria que conseguira trazer para o concelho, no entanto, apelou, para que, futuramente, houvessem mais obras e investimentos nas outras freguesias.-----

----A sr^a Presidente disse que era interessante falar também nas despesas correntes que diminuíram porque tinha a ver com a gestão equilibrada e que beneficia a todos, referindo, como exemplo a diminuição em cerca de 14% na despesa com os resíduos sólidos, porque a gestão dos mesmos estava a ser feita pela autarquia, considerando-a significativa, tendo em conta o trabalho que se faz e a satisfação das populações, bem como o transporte dos munícipes de todas as povoações do concelho para a vila, uma vez por semana e também o transporte escolar efectuado pelos autocarros da autarquia, dizendo também que, na sua opinião não haveria desenvolvimento sem um investimento na cultura e daí a preocupação em investir na mesma, mas também houve a preocupação no âmbito de fixar população, de se efectuar um loteamento nesta vila, de se adquirirem os terrenos para a instalação da nova fábrica, sem falar na instalação da sub-estação da EDP que esteve em riscos de ir para outro concelho, lembrando que fora o executivo que efectuara o

loteamento em Fratel e nas Sarnadas de Ródão também lá tinham um loteamento que a autarquia pagou e que agora competia às pessoas de lá resolverem o problema com o mesmo e pôr os lotes à venda, e que fora este executivo que tinha melhorado o abastecimento de água a Sarnadas e Perais pensando que, com todo este investimento, estavam criadas as condições para fixar as pessoas.-----

----O Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, referiu o facto de existirem dois lotes de terreno sitos no Loteamento da Rua do Sec. XXI que foram adquiridos aquando da venda desses por um preço e os donos desejam agora vendê-los por um preço muito superior ao da compra, considerando esta uma situação especulativa, e tudo isto porque devido a uma alteração ao regulamente efectuado para aquele loteamento deixara de ser obrigatório o prazo para a construção nos mesmos. Quanto ao outro loteamento frisou que o problema estava no facto da Associação Desportiva e Recreativa Sarnadense não querer resolver a situação, solicitando inclusive que o executivo, a seu tempo, mas ainda neste mandato, tomasse uma posição clara e firme sobre o assunto.-----

----O membro Manuel Barreto, evidenciou a forma como os documentos foram elaborados e que após ter assistido à discussão entre as bancadas socialista e social democrata, questionava se não era para fazer obra que o actual executivo socialista fora eleito e estava na Câmara, porque o anterior executivo social democrata também as fizera, frisando que, na sua opinião, deveriam deixar-se de demagogias e guardarem a propaganda eleitoral para as próximas eleições autárquicas.-----

----O membro António Carmona, em resposta ao membro Barreto, disse que não aceitava que se falasse em demagogia quando as obras estavam à vista de todos, dizendo que realmente a CDU não poderia

apresentar nenhuma obra porque os munícipes nunca confiaram nessa força politica para governo da Câmara e como tal teria que respeitar o PS e o PSD que nos seus mandatos efectuaram as suas obras.-----

----Não havendo mais intervenções, foi este documento colocado a votação tendo sido aprovado por maioria.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----3-Apreciação do Inventário do Património Municipal de 2008;---

----O membro António Carmona manifestou a sua estranheza pelo facto do vereador que fora oito anos presidente da Câmara votar em reunião de Câmara contra o presente Inventário, quando esse é muito mais valioso agora do que quando ele era presidente.-----

----A apreciação do presente Inventário ficou registada em minuta.

----4-Apreciação, discussão e eventual aprovação da proposta de venda dos lotes do Loteamento da Fonte da Escola, em V. V. Ródão;--

----A sr^a Presidente da Câmara Municipal referiu que após a concretização do primeiro objectivo para o loteamento que foi a construção de algumas habitações, propõe-se agora a venda dos restantes 14 lotes, com 3 opções de venda, conforme Caderno de Encargos, salvaguardando as regras e os prazos de construção inscritos no mesmo, indo de encontro e respondendo à questão do membro João Ferro, sobre o assunto.-----

----Não havendo mais intervenções foi este ponto colocado a votação tendo sido aprovado por maioria.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----5-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais de 2009;-----

----Não havendo intervenções neste ponto, foi colocada a Revisão a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----6-Representantes da Comissão Municipal de Protecção Civil de Vila Velha de Ródão - Informação;-----

----Foi presente a titulo informativo e enviada a lista com os nomes dos representantes da Comissão Municipal de Protecção Civil do Concelho de Vila Velha de Ródão, conforme estipulado pela Lei, não tendo havido qualquer intervenção sobre este assunto.-----

----7- Apreciação, Discussão e eventual aprovação da concessão de isenção de IMI e IMT, à empresa AMS- Papermill and Converting, S.A.;-----

----A sr^a Presidente referiu que no seguimento do Protocolo efectuado com essa empresa e já anteriormente aprovado, tornava-se necessário colocar à aprovação desta Assembleia o presente pedido.-

----O membro Ricardo Luís questionou se associado a este Protocolo teria sido conversado com a administração da AMS alguma premissa em termos contratuais que previsse dar o direito de preferência a habitantes e munícipes do concelho, para evitar erros do passado e se realmente se estava a falar na fixação de pessoas isso seria importantíssimo que fosse salvaguardado.-----

----O membro António Carmona, referindo-se às suas declarações numa assembleia realizada no passado ano em Fratel, em que comentara com estranheza o voto contra do vereador Vítor Carmona, no que respeitava à instalação e nomeadamente ao negócio que a autarquia estava a efectuar com a nova empresa, constatava que tinha havido uma mudança de opinião pela positiva desse vereador que votara a favor o pedido agora formulado, realçando aqui essa atitude.-----

----O membro Paulo Roberto, na continuação da questão do membro Ricardo questionou qual a possibilidade que o executivo tinha a

nível do protocolado, de dar um incentivo adicional a essa empresa, por ter trabalhadores que se radicassem cá, ou, então, um conjunto combinado AMS/Câmara Municipal, para o mesmo fim.-----

----A sr^a Presidente disse que tinha havido uma grande preocupação por parte da autarquia com todas essas situações até porque houvera um grande envolvimento na compra dos terrenos para possibilitar a instalação daquela unidade fabril em Vila Velha de Ródão mas que, em termos legais, isso não poderia ficar estabelecido em protocolo, que fora conversado e seria uma preocupação constante em termos de igualdade se desse preferência aos residentes, ou, a quem cá pretendesse residir.-----

----O membro Ricardo Luís, afirmou que não duvidava que esse trabalho estivesse a ser feito e sabia que em matéria de direito privado era complicado efectuar-se uma premissa de exclusividade, havendo sim subterfúgios em termos de condição a ter em conta numa candidatura que podiam ser tomados em linha de conta, nomeadamente, o local preferencial de residência.-----

----Não havendo mais intervenções neste ponto, foi este pedido colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----8-*Informação da Sr^a Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município nos termos da alínea e) do n.º1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;*-----

----Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma informação escrita evidenciando no nº1, a situação financeira, reportada à data de 19 de Fevereiro, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 2.113.723,93€ (dois milhões, cento e treze mil setecentos e vinte e três euros e noventa e três cêntimos), dos

pagamentos efectuados de 1.311.820,71€ (um milhão, trezentos e onze mil, oitocentos e vinte euros e setenta e um cêntimos) e do saldo de 866.743,25€ (oitocentos e sessenta e seis mil, setecentos e quarenta e três euros e vinte e cinco cêntimos) e no nº2, as principais actividades desenvolvidas pela autarquia nos sectores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, da Saúde e Acção Social, no Apoio ao Desenvolvimento e Protecção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projectos Municipais, tendo a srª Presidente evidenciado alguns pontos da mesma. Informou também que, no âmbito do programa transfronteiriço, já tinha sido publicado o diploma que aprovava e classificava as "Portas de Ródão" como monumento natural nacional, sendo essa classificação muito importante a nível turístico e de desenvolvimento para o concelho, realçando o excelente trabalho efectuado pelo Prof. Jorge Gouveia que elaborara a parte técnica da candidatura apresentada em parceria da Câmara de Vila Velha de Ródão e Nisa. Referiu também que no seguimento da aprovação do Protocolo com a AMS, que já tinha sido assinado no dia anterior o contrato com a empresa, que também já tinha sido assinado contrato com a EDP para o inicio da construção da sub-estação eléctrica em Vila Velha de Ródão, que iria ficar instalada uma ambulância da rede nacional do INEM em Fratel, para dar assistência rápida à A-23, IC-8 e o acesso Norte Alentejano, dizendo também que os estudos para o inicio da construção da barragem do Alvito estavam a decorrer a bom ritmo.---

----O membro Manuel Barreto, questionou se com a reabertura das Termas da Fadagosa, havia ou haveria algum protocolo com a Câmara de Nisa para o transporte e tratamentos dos munícipes do concelho naquela unidade termal, ao que a srª Presidente respondeu logo que possível e quando houvesse condições para isso iria reunir com a

sua congénere da Câmara de Nisa para ver qual a melhor forma de o fazer e seria divulgado depois a todos os munícipes.-----

----9-Outros assuntos de interesse para o Município;-----

----O Presidente da Junta de Freguesia de Perais, deixou um convite a todos para comparecerem nas comemorações do 25 de Abril que se iriam a realizar na sede desta freguesia, deixando também o reparo que Perais também já merecia que fosse lá feito um loteamento.-----

----O Presidente da Junta de Freguesia de Fratel, deixou também o convite a todos para comparecerem nas comemorações do 1º de Maio em Fratel, informando que a homenagem deste ano era ao Professor Batista Martins.-----

----A Presidente da Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão, deixou o convite para participarem nas comemorações do 25 de Abril que como é hábito estarão a cargo do CDRC com o apoio desta Junta.-

----O Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, aproveitou para convidar todos os presentes para as comemorações do dia 10 de Junho a realizarem naquela localidade. Seguidamente colocou questões, nomeadamente, no que dizia respeito ao ecoponto de Sarnadas pois as pessoas consideravam não ter capacidade para o volume de resíduos aí depositados bem como mudá-los do local onde os mesmos se encontravam, bem como pensar em colocar um ecoponto na localidade de Amarelos, visto aí se encontrarem a laborar três unidades industriais. Em relação ainda à localidade de Amarelos, voltou a chamar a atenção para o facto do aumento do tráfego rodoviário, pois a estrada de acesso à povoação se tornava perigosa e necessitava de uma intervenção por parte da autarquia. Por último e uma vez mais, frisou o problema da falta de iluminação na estrada de acesso entre Sarnadas e a estação da CP que, apesar de todas as

